

Nota de Campo - Projeto Potengi

Destino: São Gonçalo do Amarante

Saída: 08/09/2022 às 8:30h do CTEC

Retorno: 12:00h

A visita técnica realizada no município de São Gonçalo do Amarante/RN teve por objetivo conhecer áreas em processo de degradação observadas no mapeamento da bacia hidrográfica realizado pelo projeto Potengi. Na ocasião, o geógrafo Pedro e a engenheira ambiental Mariana receberam a equipe do projeto (Prof. Wilmer, Joyce e Matheus) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) para apresentar áreas em processo de degradação no curso do rio Potengi e áreas em processo de recuperação.

Em conversa inicial, Pedro informou sobre a recuperação das nascentes do rio Golandi, a qual foi impulsionada pela necessidade de uma reposição florestal por parte de um empreendedor que construiu um loteamento sem licença ambiental e, por isso, houve a necessidade de tal intervenção. Em seguida, a equipe se dirigiu rumo às áreas para verificação de suas condições ambientais.

O primeiro ponto a ser observado tratava-se de uma região contendo olheiros intermitentes cujas Áreas de Preservação Ambiental (APP) estavam protegidas (Figura 1). A localidade está situada na zona urbana do município, onde se desenvolvem obras para construção do Anel Viário de São Gonçalo do Amarante. O segundo ponto visitado (Figura 2) tratava-se de uma propriedade privada próxima a uma ponte que intercepta o rio Potengi. Nessa localidade observou-se a presença de resíduos e o assoreamento do leito do rio (Figura 3). Pedro informou que a propriedade pertence ao dono de uma das cerâmicas da região, também comentou que ao longo do Potengi observa-se a presença de extração de areia e argila do leito do rio e o desenvolvimento da pecuária em suas margens.

Ponto 1 - Olheiro intermitente protegido na zona urbana - Projeto do Anel Viário.



Ponto 2 – área degradada às margens do rio Potengi próximo a ponte – propriedade do dono de uma cerâmica.



Ponto 3 – Trecho do rio Potengi com bancos de areia próximo a ponte.



O terceiro ponto visitado tratava-se de uma área próxima a uma ponte sobre o rio Potengi na localidade de Guanduba. Neste ponto, notou-se a presença de manilhas e bancos de areia ao longo do curso d'água, dando um aspecto de um rio assoreado. Foi observada a retirada de areia por parte da comunidade e Pedro nos informou que essa área foi licenciada para extração de areia (Figura 4).

Figura 4 – Área licenciada para extração de areia em Guanduba.



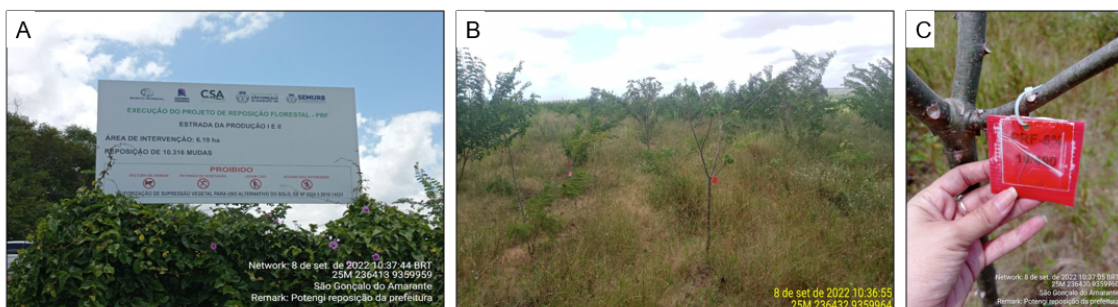
Figura 4 – Área licenciada para extração de areia em Guanduba. Erosão ocasionada pelas últimas chuvas.



O quarto ponto visitado foi a fazenda Arvoredo cuja produção está voltada para cana-de-açúcar. Para o Governo do Estado construir a estrada que serve como um dos acessos a fazenda, foi realizada a supressão vegetal da mata caracterizada como vegetação de mata Atlântica em estado avançado de regeneração (considerada como ZPA). Visando minimizar os danos ambientais, a reposição florestal foi realizada na Fazenda Arvoredo por parte da prefeitura. Nessa mata foram encontradas algumas espécies de mamíferos, tais como, gato mourisco, gato do mato, tamanduá e raposas.

Ao chegar na fazenda, observou-se que a reposição florestal está bem desenvolvida e, segundo o Pedro, o local está sendo monitorado por uma equipe especializada a cada 15 dias para retirada de ervas daninhas e coroamento (Figura 5). Ainda nesta fazenda existe uma área que foi realizada reposição florestal de forma ineficiente (com apenas uma espécie de vegetação) na APP do rio Potengi. Essa reposição se deu em virtude de uma retirada ilegal de areia do leito do rio por parte de um empreendedor. Diante disso, por solicitação do estado e do município, o empreendedor ficou obrigado a recuperar efetivamente a APP.

Figura 5: A - placa indicando 6,19 ha de áreas recuperadas com o plantio de 10.316 mudas;
B - área onde foi reposição florestal; C - marcação das mudas.



Na ocasião tentou-se verificar a área, todavia o acesso estava danificado impossibilitando a passagem de veículos. O técnico da SEMURB Expedito realizou vistoria na área e possui fotografias que poderiam ser repassadas para a equipe do projeto. De acordo com Pedro, outra propriedade que poderia receber o Projeto Potengi é a Fazenda Olho D'água, pois o proprietário irá precisar licenciar as atividades de bovinocultura e a agricultura (cana-de-açúcar) junto a SEMURB e, para tanto, será condicionada a recuperação de suas APPs.

O quinto ponto estava localizado em uma passagem molhada. Nele, observou-se alguns taludes onde se localizavam dragas para captação de areia. A propriedade é uma fazenda cujo dono chama-se Eduardo (agrônomo) que, por conta própria, recuperou algumas nascentes e por isso pode ter interesse em recuperar essa área (Figuras 6 e 7).

Figura 6 – A: área degradada às margens do rio Potengi; B: presença de taludes às margens do rio Potengi onde se encontravam as dragas para retirada de areia;

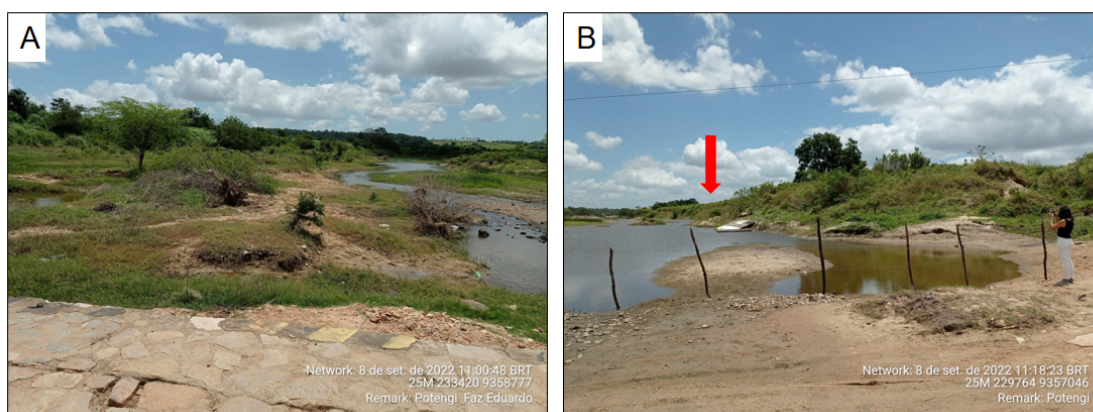


Figura 7 – passagem molhada destruída em decorrência das últimas chuvas



Destaca-se, ainda, que durante o trajeto da expedição, o geógrafo Pedro fez algumas considerações que merecem ser pontuadas, tais como:

- Poderia conversar com o secretário para verificar áreas candidatas à recuperação.
- Ressaltou que ao conversar com os proprietários de terra, devem ser mencionadas as vantagens para o dono da terra, como por exemplo, possibilidades de adquirir financiamento, evitar multas no licenciamento, recuperação ambiental da área, evitar perda do solo, evitar o assoreamento do rio e a falta de água.
- Comentou sobre a Fazenda Olho D'água que possui APP degradada devido a produção de cana-de-açúcar e bovinocultura.
- Poderia disponibilizar fotos aéreas de Uruaçu.
- Informou que a Fazenda da Emater, localizada em SGA, não disponibiliza mudas nativas, apenas de cajueiro. Nesta mesma fazenda ocorrem desmatamentos e em outras partes do município também.
- Afirmou que a prefeitura teria interesse no Projeto Potengi e estaria disponível a nos receber.
- A Secretaria de Tributação pode informar o nome dos proprietários das terras.

Por fim, entendeu-se que, durante esse trabalho de campo, foram observadas muitas áreas de pastagem e por isso a vulnerabilidade apontada na modelagem foi classificada como muito alta. Desse modo, percebeu-se que o mapeamento realizado em laboratório foi confirmado em campo.